

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

Em 25 de outubro de 2017, pelas 12 horas e 30 minutos, reuniu a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, na sala 6 do Palácio de S. Bento, na presença das Senhoras e dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta ata, com a seguinte ordem do dia:

1. **Distribuição de iniciativas legislativas: nomeação de relator e deliberação sobre consultas a promover;**
2. **Distribuição de iniciativas europeias;**
3. **Apreciação e votação dos pareceres setoriais sobre as seguintes iniciativas:**
 - **Proposta de Lei n.º 99/XIII/3.^a (GOV) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018;**
 - **Área da Justiça - Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**
 - **Área da Administração Interna - Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)**
 - **Área da Igualdade - Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)**
 - **Proposta de Lei n.º 100/XIII/3.^a (GOV) - Orçamento de Estado para 2018**
 - **Área da Justiça - Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD)**
 - **Área da Administração Interna - Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD)**
 - **Área da Igualdade - Relatora: Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP)**
4. **Discussão e votação na especialidade do Projeto de Lei n.º 512/XIII/2.^a (PS) - Aprova o Regime de Avaliação de Impacto de Género dos Atos Normativos", conjuntamente com a discussão do Projeto de Resolução n.º 833/XIII/2.^a (PS) - "Altera o Regimento da Assembleia da República, assegurando a avaliação de impacto de género no procedimento legislativo";**
5. **Admissão e distribuição da Petição n.º 385/XIII/3.^a - " Solicita a extradição de Tiago e Fong Fong Guerra de Timor Leste";**
6. **Redistribuição das petições com atraso superior a 6 meses no respetivo prazo de apreciação, designadamente: 29/XIII/1.^a, 59/XIII/1.^a, 72/XIII/1.^a, 95/XIII/1.^a, 107/XIII/1.^a, 123/XIII/1.^a, 125/XIII/1.^a, 176/XIII/1.^a, 230//XIII/2.^a;**
7. **Apreciação e votação de relatórios finais de petições, designadamente:**
 - **Petição n.º 285/XIII/2.^a - "Solicitam a atribuição de um subsídio de risco aos profissionais da Polícia de Segurança Pública (PSP)" - Relatora: Deputada Sara Madruga da Costa (PSD);**
 - **Petição n.º 209/XIII/2.^a - "Requerem a intervenção do Presidente da Assembleia da República com vista à salvaguarda do direito constitucional de acesso ao direito e aos tribunais de pessoas coletivas e singulares" - Relatora: Deputada Carla Tavares (PS);**
8. **Apreciação e votação de relatórios sobre iniciativas europeias, designadamente:**
 - **COM (2017) 481 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE, Euratom) n.º 1141/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativo ao estatuto e ao financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias - Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS);**
 - **COM (2017) 489 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário e que substitui a Decisão-Quadro 2001/413/JAI do Conselho - Relator: Deputado Fernando Rocha Andrade (PS);**
 - **COM (2017) 548 -Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários (reformulação) - Relator: Deputado António Gameiro (PS)**
9. **Apreciação e ratificação de pareceres da Subcomissão de Ética;**
10. **Outros assuntos**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

11H30

Audição da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA), para apresentação do 22.º Relatório Anual de Atividades (2016)

- **Juiz Conselheiro Alberto Augusto Andrade de Oliveira**
- **Professor Renato Gonçalves**
- **Dr. Rui Ribeiro**

Aberta a reunião e não havendo iniciativas legislativas para distribuir, o Senhor Presidente, Deputado Bacelar de Vasconcelos, deu conhecimento à Comissão de que o Grupo Parlamentar do PSD apresentara dois requerimentos visando a audição (em conjunto com a Comissão de Agricultura e Mar) do Presidente demissionário da Autoridade Nacional de Proteção Civil e dos membros da Comissão Técnica Independente para a análise e apuramento dos factos relativos aos incêndios florestais ocorridos em junho de 2017, cuja discussão entendera não agendar atento o seu envio tardio relativamente à reunião, tendo porém colocado à Comissão a possibilidade de se concretizar tal discussão se, nos termos do Regulamento da Comissão, nenhum Grupo Parlamentar a ela se opusesse.

O Senhor Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) enunciou brevemente a justificação para a apresentação dos requerimentos, para cuja inclusão na ordem de trabalhos o Senhor Deputado Filipe Neto Brandão (PS) declarou não dar anuência, concluindo que seria mais idóneo incluí-los na ordem de trabalhos da subsequente reunião ordinária da Comissão.

Em seguida, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) questionou o Senhor Presidente acerca da necessidade de designação de relator para o [Projeto de Lei n.º 645/XIII \(PSD\)](#) - *Determina a assunção por parte Estado da responsabilidade de indemnizar os herdeiros das vítimas mortais e os feridos graves na sequência dos incêndios ocorridos em território nacional neste ano de 2017, e cria o procedimento de determinação e pagamento dessas indemnizações*, tendo o Senhor Presidente anunciado que solicitara, na véspera, ao Senhor Presidente da Assembleia da República a sua redistribuição à Comissão de Agricultura e Mar, uma vez que a iniciativa tinha por objeto matéria do âmbito de competências mais direto desta última Comissão, em que se encontrava em fase de redação final o texto final relativo aos Projetos de Lei

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

n.ºs 570/XIII, 572/XIII e 573/XIII, todos versando matéria de indemnizações por parte do Estado às vítimas dos incêndios florestais ocorridos neste ano, prevendo a criação de uma comissão para a determinação de indemnizações de composição idêntica à da Projeto de Lei n.º 645/XIII e contendo um articulado com redação praticamente idêntica, apenas alterado (pontual e não substancialmente) em função do alargamento do âmbito de aplicação às vítimas das áreas afetadas pelos incêndios de outubro.

Foi então distribuída a seguinte iniciativa europeia:

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Prazo de 8 semanas termina a:
COM(2017)477	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à ENISA, a «Agência da União Europeia para a Cibersegurança», e à certificação da cibersegurança das tecnologias da informação e comunicação, e que revoga o Regulamento (UE) n.º 526/2013 («Regulamento Cibersegurança»)	Dep. Isabel Alves Moreira (PS)	29-11-2017

No terceiro ponto da ordem de trabalhos, procedeu-se à apreciação dos pareceres setoriais conjuntos sobre as Propostas de Lei n.ºs [99/XIII/3.^a \(GOV\) - Aprova as Grandes Opções do Plano para 2018](#) e [100/XIII/3.^a \(GOV\) - Orçamento de Estado para 2018](#).

Em primeiro lugar, foi apreciado o parecer setorial sobre a área da justiça, apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD). O parecer, nas suas partes I e III, foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

O parecer sobre a área da administração interna, apresentado pelo respetivo relator, Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD), foi aprovado, nas suas partes I e III, por unanimidade, na ausência do PEV.

No debate do parecer sobre a área da igualdade, apresentado pela respetiva relatora, Senhora Deputada Vânia Dias da Silva (CDS/PP), usou da palavra a Senhora Deputada Elza Pais (PS), que cumprimentou a Relatora pelo parecer que, na sua opinião, atendia

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

à integração da perspetiva de género em vários Ministérios, designadamente na área do Trabalho. Submetido a votação, o parecer (partes I e III) foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV.

No quarto ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) fez uma apresentação detalhada das iniciativas cuja discussão e votação na especialidade fora agendada: o [Projeto de Lei n.º 512/XIII/2.^a \(PS\)](#) – “*Aprova o Regime de Avaliação de Impacto de Género dos Atos Normativos*” e o [Projeto de Resolução n.º 833/XIII/2.^a \(PS\)](#) - “*Altera o Regimento da Assembleia da República, assegurando a avaliação de impacto de género no procedimento legislativo*”. Interveio na discussão o Senhor Deputado Luís Marques Guedes (PSD), que questionou o proponente acerca do efeito prático da iniciativa, que continha normas proclamatórias sem cominação legal, o que, segundo entendia, vulgarizaria a competência legislativa da Assembleia da República nesta matéria. Acrescentou que a iniciativa lhe parecia objetivamente impraticável, na medida em que preconizava a aplicação da avaliação de impacto a todo e qualquer ato normativo, portanto de toda a Administração Pública, suscitando por isso dificuldades relativas à necessidade formativa de assessorias especializadas na matéria.

A Senhora Deputada Sara Madruga da Costa (PSD) chamou a atenção para a inclusão, no âmbito de aplicação da iniciativa, da Administração Regional, carecendo, portanto, o presente processo legislativo da pronúncia dos órgãos de Governo próprio das Regiões Autónomas (não promovida) e sendo certo que o seu escopo não poderia ser o de condicionar atos legislativos, mas apenas regulamentares.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) concordou com a necessidade de ser promovida a referida audição, bem como a consulta da ANMP e da Anafre, tendo assinalado, em resposta às observações do Senhor Deputado Maques Guedes, que o último Plano Nacional para a Igualdade já previa o necessário apoio à concretização de uma obrigação que já está legalmente prescrita.

Finda a discussão, o Senhor Presidente agradeceu as intervenções e concluiu que ficara prejudicada a possibilidade de votação das iniciativas, cujo reagendamento ficaria a aguardar o pronunciamento das referidas entidades, sendo certo que a promoção da consulta das Regiões Autónomas competia, nos termos do artigo 142.º do Regimento ao Presidente da Assembleia da República, pelo que lhe endereçaria tal pedido. Explicou, por fim, que o Projeto de Lei n.º 512/XIII fora aprovado na generalidade sem ter baixado previamente à Comissão para emissão de parecer, atento o curto lapso de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

tempo disponível desde a sua admissão até ao agendamento da sua discussão na generalidade, pelo que não fora objeto nem de nota técnica, nem de parecer, o que poderia explicar as insuficiências das diligências prévias ao agendamento que seriam agora concretizadas.

No ponto seguinte da ordem do dia, foi admitida por unanimidade a [Petição n.º 385/XIII](#), subscrita por Carlos Eduardo Teixeira Guerra, que *Solicita a extradição de Tiago e Fong Fong Guerra de Timor Leste*, de que foi nomeado Relator o Senhor Deputado António Gameiro (PS). De acordo com o novo n.º 5 do artigo 17.º da Lei de Exercício do Direito de Petição, a Comissão parlamentar competente nomeia obrigatoriamente um Deputado relator para as petições subscritas por mais de 100 cidadãos, pelo que, no caso desta petição com apenas um subscritor, poderia ficar dispensada tal nomeação. Não obstante, como a Comissão deliberou no sentido de ser solicitada a informação considerada conveniente ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Ministério da Justiça, a nomeação de relator encontrou plena justificação, para ponderação de eventuais diligências subsequentes àquelas ou, pelo menos, para possibilitar uma apreciação do pedido e da informação obtida, que não revista uma natureza estritamente técnica.

Em seguida, o Senhor Presidente deu conta de que as seguintes petições apresentavam um atraso superior a 6 meses no respetivo prazo de apreciação:

<p>29/XIII/1</p>	<p>Estêvão Domingos de Sá Sequeira</p>	<p>Solicita a alteração do Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, no sentido de se facilitar a legalização de estrangeiros e suas famílias que queiram fixar residência em Portugal. Solicita a alteração do Regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros do território nacional, no sentido de se facilitar a legalização de estrangeiros e suas famílias que queiram fixar residência em Portugal.</p>	<p>27-01-2016</p>	<p>Deputada Vânia Dias da Silva (CDS_PP) a 27-01-2016</p>	<p>Prazo de apreciação ultrapassado em 27 de março de 2016</p>
----------------------------------	--	--	-------------------	---	--

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

59/XIII/1	Alfredo Oliveira Silva	Solicita a alteração da legislação no sentido de os seguranças privados passarem a ter direito de uso e porte de arma nos mesmos termos que as Forças de Segurança.	23-03-2016	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) em 23-03-2016	Prazo de apreciação ultrapassado em 22 de maio de 2016
72/XIII/1	Carlos Gabriel Cravo Aguiar Pinto	Solicita a alteração do artigo 738.º do Código do Processo Civil e do artigo 3.º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (CIRS) no sentido de ser expressamente vedada a possibilidade de penhora da totalidade dos rendimentos profissionais dos trabalhadores por conta própria.	23-03-2016	Deputada Francisca Parreira (PS) em 23-03-2016	Prazo de apreciação ultrapassado em 22 de maio de 2016
95/XIII/1	Artur Vendas Pereira	Solicita a apreciação da legalidade das Portarias n.º 931/2006, de 8/9 e 192/2015, de 29/6, na parte relativa à obrigatoriedade de os portadores de armas de fogo manifestadas com livretes antigos procederem à sua substituição pelo atual modelo.	27-04-2016	Deputado António Gameiro (PS)	Prazo de apreciação ultrapassado em 26 de junho de 2016
107/XIII/1	Estêvão Domingos de Sá Sequeira	Solicita a alteração da Lei n.º 7/2007, de 5 de Fevereiro, que criou o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização, no sentido de serem aditados ao circuito integrado do cartão (chip) elementos de identificação adicionais e de ser criado um cartão "braçadeira eletrónica" para pessoas em situação vulnerável.	11-05-2016	Deputada Francisca Parreira (PS) a 11-05-2016	Prazo de apreciação ultrapassado em 10 de julho de 2016
123/XIII/1	José Manuel Rodrigues de Abreu	Solicita a criação de um Centro de Arbitragem de Conflitos da Segurança Social.	22-06-2016	Deputada Vânia Dias da Silva (CDS-PP) a 22-06-2016	Prazo de apreciação ultrapassado em 20 de agosto de 2016 (fora do período normal de funcionamento da AR)
125/XIII/1	Estêvão Domingos de Sá Sequeira	Liberdade de Circulação - Mobilidade Terrestre dos cidadãos estrangeiros refugiados ou imigrantes.	14-09-2016	Deputada Susana Amador (PS) 14-09-2016 Em 18-01-2017 Substituída pela Dep. Vânia Dias da Silva (CDS-PP)	Distribuída Inicialmente à 6. ^a COM que elaborou NA e solicitou a redistribuição à 1. ^a em 02-09-2016 Prazo de apreciação ultrapassado em 14 de

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

					novembro de 2016 (período OE)
176/XIII/1	Ricardo Alexandre Cardoso Rodrigues	Autonomização dos princípios gerais da transparência e anticorrupção como garante da efetivação de direitos e liberdades fundamentais.	15-12-2016	Deputado António Gameiro (PS) em 15-12-2016	Prazo de apreciação ultrapassado
230/XIII/2	Estêvão Domingos de Sá Sequeira	Recomenda a inclusão do Direito à Memória e do Direito ao Afeto na Constituição da República Portuguesa.	Admitida a 05-01-2017	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 05-01-2017	Prazo de apreciação ultrapassado

O Senhor Presidente explicou que considerava que os 6 meses de atraso na apreciação de petições – contados após o termo do prazo legal de 60 dias para apreciação – constituíam um limite que não poderia ser ultrapassado, pelo que sugeria a redistribuição das petições, a qual se impunha mesmo no caso das petições n.ºs 72/XIII e 107/XIII, em virtude da substituição da Senhora Deputada Francisca Parreira (PS). Estas últimas petições foram, em consequência, distribuídas à Senhora Deputada Carla Tavares (PS), para emissão de relatório final.

Interveio o Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) que, na qualidade de relator da petição n.º [230/XIII](#) - *Recomenda a inclusão do Direito à Memória e do Direito ao Afeto na Constituição da República Portuguesa*, se comprometeu a apresentar o respetivo relatório final na reunião ordinária subsequente. Sugeriu, para evitar futuros atrasos na apreciação de petições, que, aproximando-se o limite temporal, se promovesse o agendamento dos relatórios finais das petições (3 semanas antes do seu termo), sob pena de redistribuição em caso de falta de emissão do parecer.

O Senhor Deputado António Gameiro (PS) também se comprometeu a apresentar, na subsequente reunião ordinária da Comissão, os relatórios finais de petições de que estava incumbido.

Relativamente às demais petições em atraso, o Senhor Deputado Carlos Peixoto (PSD) concordou com a asserção de que o atraso na apreciação de petições não dignifica a Assembleia da República, tendo sugerido que se pudesse dar uma resposta imediata aos cidadãos. Tendo em conta que a recente alteração da Lei de Exercício do Direito

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

de Petição viera permitir que as notas de admissibilidade fossem convoladas em relatório final, propôs que se utilizasse essa possibilidade, excecionalmente, numa aplicação analógica da norma e atento o manifesto e grave atraso verificado, também de natureza excecional, para, com base em notas suficientemente esclarecedoras e tecnicamente bem preparadas, se dar uma resposta imediata aos cidadãos.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS), considerando a proposta razoável, entendeu que tal possibilidade deveria depender de opção do relator, considerando importante que a Assembleia da República se pudesse pronunciar através da apreciação de um Deputado. Nesse sentido, propôs que cada relator tivesse a prerrogativa de anexar a sua posição pessoal ao referido relatório resultante da convolação da nota (que seria então a parte introdutória do relatório final).

O Senhor Presidente anunciou então que, não havendo oposição à proposta, ela seria adotada nos termos resultantes da discussão – convolação em relatório final das notas de admissibilidade das petições pendentes, nos casos em que seja possível, dispondo cada relator da prerrogativa de anexar a sua posição pessoal ao referido relatório -, devendo os relatórios finais resultantes desta metodologia ser objeto de agendamento na primeira reunião ordinária subsequente.

Em seguida, os Senhores Deputados Carla Tavares (PS), Sara Madruga da Costa (PSD) e Pedro Delgado Alves (PS) apresentaram os relatórios finais das Petições n.ºs [209/XIII](#) - *Requerem a intervenção do Presidente da Assembleia da República com vista à salvaguarda do direito constitucional de acesso ao direito e aos tribunais de pessoas coletivas e singulares*; [285/XIII](#) - *Solicitam a atribuição de um subsídio de risco aos profissionais da Polícia de Segurança Pública (PSP)* e [290/XIII](#) - *Solicitam alterações legislativas, nomeadamente à Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, que criminalizou os maus tratos a animais de companhia*, de que eram relatores, os quais foram aprovados por unanimidade, na ausência do PEV.

No ponto seguinte, foram apreciados os relatórios sobre as seguintes iniciativas europeias, após breve apresentação pelos respetivos Relatores:

- COM (2017) 489 - Proposta de Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa ao combate à fraude e à contrafação de meios de pagamento que não em numerário e que substitui a Decisão-Quadro 2001/413/JAI do Conselho - Relator: Deputado Fernando Rocha Andrade (PS) – que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV;

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

- COM (2017) 548 -Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos direitos e obrigações dos passageiros dos serviços ferroviários (reformulação) - Relator: Deputado António Gameiro (PS) – que foi aprovado por unanimidade, na ausência do PEV;
- COM (2017) 481 - Proposta de Regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (UE, Euratom) n.º 1141/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2014, relativo ao estatuto e ao financiamento dos partidos políticos europeus e das fundações políticas europeias - Relator: Deputado Pedro Delgado Alves (PS) – que foi aprovado com votos a favor do PSD, PS, BE e CDS/PP e contra do PCP. O Senhor Deputado António Filipe (PCP) explicou que não acompanharia o relatório, do ponto de vista do respeito pelo princípio da subsidiariedade, uma vez que estava em causa matéria da reserva absoluta de competência legislativa da Assembleia da República e de soberania nacional, que consubstanciava uma tentativa de europeização forçada dos partidos políticos. Explicitou, designadamente, que a proposta introduzia discriminações nos partidos nacionais e representava uma invasão desproporcionada do Direito da UE particularmente no que toca ao financiamento dos partidos, em clara violação do princípio da subsidiariedade.

O Senhor Deputado Pedro Delgado Alves (PS) replicou que estava em causa exclusivamente o financiamento europeu para os partidos políticos europeus, não beliscando nenhum quadro jurídico interno. Concretizou que, como ficava alocado o financiamento na relação com cada um dos partidos políticos europeus, só poderia existir uma abordagem através da gestão do orçamento da UE, o que não se confundia com a questão da integração num partido político europeu.

Por fim, não havendo pareceres da Subcomissão de Ética para apreciar, o Senhor Presidente deu conta do pedido de reunião da ECRI (Comissão Europeia contra o Racismo e Intolerância do Conselho da Europa), a agendar para 15 de novembro, tendo solicitado a participação de Deputados com intervenção na matéria.

Às 12h30, o Senhor Presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias reiniciou os trabalhos dando as boas vindas ao Senhor Presidente e membros da CADA.

Após a intervenção inicial do Senhor Juiz Conselheiro Alberto Augusto Andrade de Oliveira (Presidente), usaram da palavra os Senhores Deputados Sara Madruga da

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

Costa (PSD), Susana Amador (PS), José Manuel Pureza (BE), Vânia Dias da Silva (CDS-PP), e Jorge Machado (PCP), a cujas questões o Presidente da CADA respondeu no final, umas das quais foi complementada com a intervenção do Professor Renato Gonçalves (membro).

A audição foi gravada em [vídeo](#) e transmitida pelo Canal Parlamento, constituindo a gravação parte integrante desta ata, o que dispensa o seu desenvolvimento nesta sede.

Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada às 13 horas e 45 minutos, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 25 de outubro de 2017

O PRESIDENTE DA COMISSÃO



(Bacelas de Vasconcelos)

Nota: aprovada a 29-11-2017

**COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E
GARANTIAS**

ATA NÚMERO 9/XIII/ 3.^a SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Bacelar de Vasconcelos
Carlos Abreu Amorim
Carlos Peixoto
Elza Pais
Fernando Anastácio
Fernando Negrão
Fernando Rocha Andrade
Filipe Neto Brandão
José Manuel Pureza
José Silvano
Luís Marques Guedes
Paulo Rios de Oliveira
Pedro Delgado Alves
Sandra Cunha
Sara Madruga da Costa
Teresa Morais
Vânia Dias da Silva
Carla Tavares
Hugo Lopes Soares
Jorge Lação
Jorge Machado
Luís Montenegro
Susana Amador

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Ana Catarina Mendonça Mendes
Andreia Neto
Isabel Alves Moreira
José Luís Ferreira
Telmo Correia

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados: